



Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A.

CNPJ 76.717.040/0001-10



Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. (“Companhia”), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 528, emitida em 29/04/2022. O pronunciamento CPC 50, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.

1. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2023	2022	Δ
Contraprestações efetivas	399,0	295,1	35,2%
Eventos indenizáveis líquidos	(365,4)	(339,3)	7,7%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	33,6	(44,3)	NA
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora	4,7	4,8	(0,8%)
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	(23,1)	(5,4)	325,6%
Resultado bruto	13,9	(47,2)	NA
Resultado financeiro líquido	19,5	11,9	63,5%
Resultado patrimonial	(15,9)	0,5	NA
Resultado antes dos impostos e participações	(22,5)	(80,3)	71,9%
Resultado Líquido	(16,9)	(53,1)	68,3%

2. Comentário sobre o desempenho: A Companhia apresentou crescimento de 35,2% em receitas com contraprestações efetivas na comparação com o ano anterior, alcançando R\$399,0 milhões em 2023. Os eventos indenizáveis líquidos somaram R\$365,4 milhões no período, aumento de 7,7% frente a 2022. As receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde totalizaram R\$4,7 milhões, relativamente estáveis em relação ao ano anterior. Considerando principalmente as maiores contraprestações efetivas, em 2023 a Companhia apresentou resultado bruto positivo em R\$13,9 milhões, revertendo o número apresentado em 2022. Em 2023, o prejuízo líquido foi de R\$16,9 milhões, melhora em relação ao resultado negativo de R\$53,1 milhões em 2022. **3. Declaração sobre capital financeiro e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “mantidos até o vencimento (custo amortizado)”:** A Companhia não possui ativos classificados na categoria “mantidos até o vencimento (custo amortizado)”. **4. Acordo de Acionistas:** A Companhia não é parte em acordos de acionistas.

Curitiba, 27 de março de 2024.
A ADMINISTRAÇÃO.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

Ativo	Notas	2023	2022	Passivo	Notas	2023	2022
Circulante		203.181	151.202	Circulante		118.253	130.036
Disponível		531	310	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	95.839	108.587
Realizável		202.650	150.892	Provisões de contraprestações		19.616	34.005
Aplicações financeiras	5	170.116	120.363	Provisão de insuficiência de prêmios		19.607	33.978
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		158.597	120.324	Provisão para remissão		9	27
Aplicações livres		11.519	39	Provisão de eventos a liquidar para SUS		6.059	6.213
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		18.117	14.800	Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		41.240	44.709
Contraprestações pecuniárias a receber	6.1	16.447	12.320	Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		28.924	23.660
Operadoras de planos de assistência à saúde	6.1	9	–	Débitos de operações de assistência à saúde		6.248	6.330
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		1.661	2.480	Receita antecipada de contraprestações		153	173
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da operadora		–	156	Comercialização sobre operações		1.634	1.110
Despesas diferidas		3.370	5.665	Operadoras de planos de assistência à saúde		245	104
Créditos tributários e previdenciários	7	7.143	5.481	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		4.216	4.943
Bens e títulos a receber	8	3.604	4.427	Débitos com operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da operadora		95	36
Despesas antecipadas		300	–	Provisões		2.417	848
Não circulante		94.075	123.462	Provisões para IR e CSLL		–	848
Realizável a longo prazo		64.571	55.699	Provisões para ações judiciais		2.417	–
Créditos tributários e previdenciários	7	3.724	3.716	Tributos e encargos sociais a recolher		3.172	2.738
Despesas de comercialização diferidas		1.429	–	Débitos diversos	15	10.482	11.497
Ativo fiscal diferido	7	39.491	33.005	Não circulante		22.375	34.549
Depósitos judiciais e fiscais	14.1	17.864	18.978	Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	12	3.601	5.281
Outros Créditos a Receber e Direitos a Longo Prazo		2.063	–	Provisão para remissão		–	4
Investimentos		4	4	Provisão de eventos a liquidar para o SUS		3.597	5.277
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial		4	4	Provisão de eventos/sinistros a liquidar para outros prestadores		4	–
Participações societárias em rede assistencial		4	4	Provisões	14.2	17.149	18.476
Imobilizado	9	27.490	53.407	Provisões para ações judiciais		16.913	18.271
Imóveis de uso próprio		15.408	15.920	Provisões para outras contingências		236	205
Imóveis - não hospitalares/não odontológicos		15.408	15.920	Débitos diversos	15	1.625	10.792
Imobilizado de uso próprio		4.634	20.918	Patrimônio líquido	16	156.628	110.079
Imobilizado - Hospitalares / Odontológicos		1.188	1.387	Capital social		210.727	147.327
Imobilizado - Não Hospitalares / Odontológicos		3.399	7.929	Ajustes de avaliação patrimonial		(8)	(8)
Imobilizações em curso		–	1.480	Prejuízos acumulados		(54.091)	(37.240)
Outras imobilizações		47	10.122	Total do passivo		297.256	274.664
Direito de Uso de Arrendamentos	10	7.448	16.569				
Intangível	11	2.010	14.352				
Total do ativo		297.256	274.664				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(em milhares de reais)

	2023	2022
Resultado do exercício	(16.851)	(53.085)
Componentes do resultado abrangente	–	–
Resultado abrangente do exercício	(16.851)	(53.085)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros/Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 01/01/2022	51.306	1.077	14.768	15.845	(8)	–	67.143
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$15.000, conforme AGE do dia 30/03/2022, à razão de R\$4,49 por ação	15.000	–	–	–	–	–	15.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$15.000, conforme AGE do dia 29/04/2022, à razão de R\$4,25 por ação	15.000	–	–	–	–	–	15.000
Aumento de capital com dividendos obrigatórios, no montante de R\$1.021, conforme AGE do dia 26/05/2022, à razão de R\$3,94 por ação	1.021	–	–	–	–	–	1.021
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$30.000, conforme AGE do dia 26/05/2022, à razão de R\$3,94 por ação.	30.000	–	–	–	–	–	30.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$35.000, conforme AGE do dia 26/08/2022, à razão de R\$3,36 por ação	35.000	–	–	–	–	–	35.000
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(53.085)	(53.085)
Proposta da destinação do resultado:							
Compensação de prejuízos com reserva estatutária	–	–	(14.768)	(14.768)	–	14.768	–
Compensação de prejuízos com reserva legal	–	(1.077)	–	(1.077)	–	1.077	–
Saldos em 31/12/2022	147.327	–	–	–	(8)	(37.240)	110.079
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$16.400, conforme AGE do dia 30/01/2023, à razão de R\$2,98 por ação	16.400	–	–	–	–	–	16.400
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$10.000, conforme AGE do dia 27/02/2023, à razão de R\$2,76 por ação	10.000	–	–	–	–	–	10.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$20.000, conforme AGE do dia 30/03/2023, à razão de R\$2,69 por ação	20.000	–	–	–	–	–	20.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$12.000, conforme AGE do dia 31/07/2023, à razão de R\$2,49 por ação	12.000	–	–	–	–	–	12.000
Aumento de capital em dinheiro, no montante de R\$5.000, conforme AGE do dia 31/08/2023, à razão de R\$2,50 por ação	5.000	–	–	–	–	–	5.000
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(16.851)	(16.851)
Saldos em 31/12/2023	210.727	–	–	–	(8)	(54.091)	156.628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(em milhares de reais)

	2023	2022
Atividades operacionais		
Recebimento de planos saúde	419.569	349.672
Resgate de aplicações financeiras	208.389	201.030
Outros recebimentos operacionais	1.326	3.840
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(349.611)	(257.927)
Pagamento de comissões	(13.118)	(14.308)
Pagamento de pessoal	(27.364)	(22.776)
Pagamento de Pró-Labore	–	(856)
Pagamento de serviços terceiros	(18.786)	(15.427)
Pagamento de tributos	(20.075)	(23.256)
Pagamento de processos judiciais (cíveis/trabalhistas/tributárias)	–	(67)
Pagamento de aluguel	–	(1.720)
Pagamento de promoção/publicidade	(968)	(2.205)
Aplicações financeiras	(314.811)	(219.588)
Outros pagamentos operacionais	(11.079)	(75.400)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	49.859	(78.988)
Atividades de investimento		
Recebimento de venda de ativo imobilizado - outros	211	–
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - hospitalar	–	(193)
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - outros	(4.732)	(6.963)
Pagamento relativos ao ativo intangível	(713)	(1.015)
Pagamento de aquisição de participação em outras empresas	–	(201)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(5.234)	(8.372)
Atividades de financiamento		
Integralização de capital em dinheiro	63.400	95.000
Outros recebimentos das atividades de financiamento	–	44
Pagamento de juros - empréstimos/financiamentos/leasing	(1.186)	(1.774)
Pagamento de amortização - empréstimos/financiamentos/leasing	(6.900)	(7.075)
Outros pagamentos da atividade de financiamento	–	(70)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	(55.314)	86.125
Varição de caixa e equivalente de caixa	221	(1.235)
Caixa - Saldo inicial	310	1.545
Caixa - Saldo final	531	310
Ativos livres no início do período	6.805	24.307
Ativos livres no final do período	71.207	6.805
Aumento / (redução) nas aplicações financeiras - recursos livres	64.402	(17.502)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. | CNPJ 76.717.040/0001-10

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Curitiba, na Avenida Getúlio Vargas, nº 3201, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar com planos privados de assistência à saúde na segmentação coletiva empresarial e por adesão sob o registro ANS nº 35.014-1. A Companhia tem como acionista a Sul América Serviços de Saúde S.A. (SULAMED), com 100% de ações ordinárias, e tem como controladora indireta a Rede D'Or São Luiz S.A. (Rede D'Or). A Rede D'Or é uma companhia de capital aberto e divulgou, em 26/03/2024, no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2023, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. **Base de preparação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa (RN) ANS nº 528, emitida em 29/04/2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Companhia em sua gestão. O pronunciamento CPC 50, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, estas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Diretoria manifestou-se favoravelmente a emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 27/03/2024. 2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5); e • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (nota 5). 2.3. **Moeda funcional e de apresentação:** Nas demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. **Resumo de práticas contábeis:** As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: **3.1.1. Apuração de resultado:** O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • As contraprestações emitidas são apropriadas à receita considerando o período de cobertura do risco, quando se trata de contratos com preços pré-estabelecidos; • Os agenciamentos de seguros e os custos diretamente relacionados ao processo de anagração são registrados como despesas de comercialização diferidas, e são amortizados pelo prazo máximo de 12 meses de permanência dos segurados na carteira; e • Os eventos indenizáveis são apropriados à despesa, considerando a data de apresentação da conta médica pelos prestadores de serviços da Companhia. **3.1.2. Balanço patrimonial:** • Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis após 12 meses são classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, exceto para as aplicações financeiras que são classificadas de acordo com a expectativa de realização; • Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices definidos legalmente ou em contratos; e • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. **3.2. Instrumentos financeiros:** **3.2.1. Mensurado ao valor justo por meio do resultado - VJR:** Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Rendimentos, valorizações e desvalorizações desses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Certos títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, considerando-se a estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos da SulAmérica. **3.2.2. Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA:** Títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado", "mantidos até o vencimento (custo amortizado)" ou "empréstimos e recebíveis" são classificados como "VJORA" e contabilizados pelo valor de mercado, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou o valor recuperável apresenta redução, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. **3.3. Depósitos judiciais e fiscais:** Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e os rendimentos e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidos no resultado. **3.4. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas dos bens, exceto para terrenos. **3.5. Intangíveis:** **3.5.1. Intangíveis de vida útil definida:** Os ativos intangíveis são registrados inicialmente pelo custo de aquisição. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da sua vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda do valor econômico do ativo. A Companhia adota o método linear na amortização de seus ativos com vida útil definida. O período e o método de amortização para estes ativos intangíveis são revisados, no mínimo, ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na rubrica "Despesas administrativas", no resultado. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e valor contábil residual do ativo, líquido da perda ao valor recuperável, sendo reconhecidos no resultado patrimonial, no momento da baixa do ativo. **3.6. Redução ao valor recuperável:** **3.6.1. Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado têm seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. **3.6.2. Ativos não financeiros:** A redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente. As perdas por redução do valor recuperável para os ativos intangíveis de vida útil definida, quando aplicável, são registradas na rubrica "Resultado patrimonial", no resultado do exercício. Não há ativos não financeiros com perdas de valor recuperável em 31/12/2023 e 2022, e não houve registro de perdas nos resultados dos respectivos exercícios. **3.7. Arrendamento:** Os ativos de direito de uso são reconhecidos inicialmente na rubrica "Direito de uso de arrendamento", no ativo não circulante, em contrapartida a um passivo de arrendamento representado pelas obrigações totais a pagar do contrato, descontadas a valor presente, reconhecidas na rubrica "Débitos diversos" no circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de liquidação das obrigações. Adicionalmente, o resultado do exercício é impactado de forma linear, pela depreciação dos ativos de arrendamento de acordo com vigência dos contratos, reconhecidos nos eventos indenizáveis líquidos e nas despesas administrativas, e pela atualização das obrigações a pagar com os juros incorridos nos períodos divulgados, reconhecidas no resultado financeiro. Os arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor, podem ser reconhecidos diretamente no resultado, conforme isenções permitidas no CPC 06 (R2). **3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As provisões para imposto de renda e para contribuição social corrente e diferidos são constituídas pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. O reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos no ativo é estabelecido levando-se em consideração as expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos em até 5 anos. Para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando a Companhia tem direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos, e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. **3.9. Provisões técnicas de contratos de seguros:** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a regulamentação estabelecida pela ANS, conforme a seguir: **3.9.1. Provisão de prêmios ou contribuições não ganhos (PPCNG):** A PPCNG é constituída pelo método pro-rata die, tendo como base os prêmios ou contribuições comerciais,

multiplicados pelo período de vigência a decorrer e divididos pelo prazo total de vigência do risco. **3.9.2. Provisão de sinistro a liquidar:** A Provisão de eventos a liquidar é constituída para a cobertura dos valores a pagar por eventos já avisados até a data-base das demonstrações financeiras, compreendendo: O valor das faturas dos prestadores de serviços e reembolsos solicitados, adicionada das despesas diretamente relacionadas (*Allocated Loss Adjustment Expenses - ALAE*), calculada com base nos avisos de eventos. **3.9.3. Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA):** A PEONA, também conhecida no mercado internacional como IBNR (*Incurred But Not Reported*), é constituída para a cobertura dos sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras e calculada a partir de um fator de atraso, determinado trimestralmente, em função da média dos eventos indenizáveis dos últimos 3 meses. O fator é obtido através de um triângulo de run-off mensal, que considera o desenvolvimento histórico dos sinistros avisados nos últimos 12 meses. **3.9.4. Provisão para remissão:** A Provisão para remissão é constituída para garantia existente em alguns contratos dos beneficiários de remissão de prêmios, concedidos aos beneficiários dependentes pelo prazo estabelecido em cada contrato (máximo de 5 anos) em função do falecimento do segurado titular. A provisão é calculada com base na estimativa de sinistros futuros dos beneficiários, descontada considerando a expectativa de vida dos beneficiários e 6% ao ano de juros. **3.9.5. Provisão de insuficiência de contraprestação / Prêmio (PIC):** A PIC deve ser constituída quando for verificado que as contraprestações/prêmios a serem recebidas referentes aos contratos vigentes são insuficientes para a cobertura das despesas com a operação de planos de saúde. Conforme metodologia padrão definida pela ANS em sua regulamentação, para apuração da PIC utiliza-se uma avaliação retrospectiva do Índice Combinado para estimar os valores do período seguinte de vigência do risco. **3.10. Teste de adequação de passivos (Liability Adequacy Test - LAT):** Seguindo a exigência da RN nº 435/2018, realizamos o Teste de Adequação de Passivo, para as demonstrações financeiras do exercício de 2022. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro. Para a realização do TAP, os contratos são segregados, entre as modalidades: (i) individual, (ii) coletiva empresarial acima de 100 vidas, (iii) coletiva por adesão e (iv) coletiva empresarial até 99 vidas. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa das receitas e das despesas futuras, deduzida dos custos de aquisição diferidos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação são consideradas nas premissas. A estimativa de sobrevivência utilizada é a tábuca BR-EMS 2021 e para as estimativas de cancelamento, inflação médica e reajuste de prêmios foram baseados nos dados da experiência da Companhia. O resultado mensal do fluxo de caixa realista é trazido a valor presente com base na Estrutura a Termo de Taxa de Juros (ETJ) livre de risco. Para as modalidades (ii) coletiva empresarial acima de 100 vidas, (iii) coletiva por adesão e (iv) coletiva empresarial até 99 vidas, o resultado do LAT demonstra adequação, não apresentando resultado negativo. Já para a modalidade (i) individual, o resultado do LAT apresentou insuficiência de R\$1.948 (R\$4.752 em 2022), entretanto sendo compensada com as demais modalidades, não havendo necessidade de constituição de provisão adicional. **3.11. Provisões judiciais:** A Companhia constitui provisões para suprir desembolsos futuros oriundos de processos judiciais cíveis, trabalhistas ou processos judiciais de natureza fiscal. Os valores são constituídos a partir de análise individualizada do valor estimado de perda e da classificação do grau de risco (provável, possível ou remoto), realizada pelos consultores legais independentes, acompanhada pelo Departamento Jurídico interno e pela Administração da Companhia. **3.11.1. Cíveis e trabalhistas:** No caso dos processos judiciais cíveis, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais, isto é, aqueles processos judiciais cujo autor é cliente da Companhia ou de suas controladas e cujo pedido é recorrente e relacionado ao negócio, adicionalmente à estimativa do valor e classificação do grau de risco, os valores de provisão são constituídos tendo como base a aplicação de percentuais estatísticos calculados a partir da análise dos valores despendidos com os processos encerrados nos últimos 60 meses e suas correspondentes estimativas históricas de exposição ao risco. O cálculo leva em consideração, ainda, a natureza dos processos, a respectiva estimativa de probabilidade de perda e o desempenho financeiro. Caso o processo judicial cível seja classificado como relevante, ou seja, possuir pedidos e valores não usuais, de acordo com as regras estabelecidas na Política de Processos Relevantes da Companhia, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais. Ressalta-se que, uma vez que dada a individualidade e particularidade deste tipo de ação, não é possível basear as provisões nos valores já despendidos em outros casos. A partir de outubro de 2017, todos os processos trabalhistas passaram a ser classificados como relevantes em razão da realização de acompanhamento diferenciado e minucioso de cada processo, portanto, os valores de provisão para os casos de perda provável são constituídos no percentual de 100% da estimativa feita, mais 10% adicionais referentes a honorários sucumbenciais, por pedido. Em todos os casos, as provisões são reavaliadas periodicamente de acordo com os andamentos processuais e atualizadas mensalmente pelo IPCA, no caso dos processos cíveis, ou pela Taxa Referencial (TR), no caso dos processos trabalhistas, ambos com a incidência de juros de 10,65% ao ano (10,58% em 2022). As provisões para processos judiciais e os honorários de sucumbência, referentes às causas de natureza cível não relacionadas às indenizações contratuais de sinistros, assim como as trabalhistas, estão contabilizadas no passivo circulante e não circulante na rubrica "Provisões para ações judiciais". Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados no ativo não circulante, em rubrica própria, e são atualizados monetariamente pela TR e juros de 6% ao ano, para os depósitos judiciais cíveis e trabalhistas, pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) para os depósitos previdenciários, conforme legislação vigente. **3.11.2. Fiscais:** As provisões para as ações judiciais relacionadas com tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, que estejam sendo discutidas na esfera judicial, são reavaliadas periodicamente e atualizadas mensalmente, conforme disposto pela legislação de regência do tributo em disputa. Provisões são contabilizadas com base nas opiniões dos advogados patrocinadores das causas e da Administração sobre o prognóstico dos processos judiciais. Nestes termos, provisões são constituídas quando a Administração avalia que uma saída de recursos é provável de ocorrer até o encerramento dos processos judiciais e seu valor possa ser razoavelmente estimado, sendo assim passível de reconhecimento contábil dentro das demonstrações financeiras, sob a rubrica "Provisões para ações judiciais", no passivo circulante e não circulante. Os valores referentes aos questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal estão contabilizados independentemente da avaliação acerca da probabilidade de perda e, por isso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras, na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante. Os correspondentes depósitos judiciais estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente, mormente, com base na variação da taxa SELIC, em conformidade com a legislação vigente. **3.12. Dividendos:** Os dividendos são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando de sua efetiva distribuição ou quando sua distribuição é aprovada pelos acionistas, o que ocorrer primeiro. A Diretoria, ao elaborar as demonstrações financeiras anuais, apresenta à Assembleia Geral a sua proposta de distribuição do resultado do exercício. O valor dos dividendos propostos pela Diretoria é refletido em subcontas no patrimônio líquido e apenas a parcela correspondente ao dividendo obrigatório é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras anuais. **3.13. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça estimativas, julgamentos e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o registro dos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se à apuração do valor justo dos instrumentos financeiros, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certas despesas de comercialização, a probabilidade de êxito nas ações judiciais, ao valor do desembolso provável refletidos na provisão para ações judiciais e demais saldos sujeitos a esta avaliação. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam são efetuados no resultado do período em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas: • Valor justo das aplicações financeiras mensuradas ao valor justo através do resultado e mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes (nota 5); • Movimentação de créditos e débitos tributários (nota 7); • Provisões técnicas de operações de assistência à saúde (nota 12); e • Provisões para ações judiciais (nota 14). **3.14. Normas e interpretações novas e revisadas:** **3.14.1. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS): CPC 48 Instrumentos Financeiros:** O CPC 48 estabelece requerimentos

para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Adicionalmente, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação, que são aplicadas às divulgações em 2023, mas que, em geral, não foram aplicadas à informação comparativa. **3.14.1.1 Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros:** O CPC 48 - Instrumentos Financeiros, substituiu as orientações existentes no CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e passou a vigorar para os períodos de divulgação anual iniciados em (ou após) 01/01/2018, sendo recepcionado pelo órgão regulador através da Resolução Normativa ANS 472/2021, entrando em vigor a partir de 01/01/2023. De acordo com o CPC 48, a classificação dos ativos financeiros deve ser realizada através de uma análise conjunta das características de fluxos de caixa contratuais e do respectivo modelo de negócios para a gestão desses ativos. O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, elimina as antigas categorias do CPC 38, para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. As três categorias para classificação dos ativos financeiros são: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao custo amortizado. (i) **Ativos financeiros – Valor justo por meio do resultado (VJR):** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado, e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. (ii) **Ativos financeiros – Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** São reconhecidos pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. (iii) **Ativos financeiros – Custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2023.

Classificação original de acordo com o CPC 38	Nova classificação de acordo com o CPC 48
Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Valor Justo por meio do resultado	Valor Justo por meio do resultado (VJR)
Disponível para venda	Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

3.14.1.2 Impairment de ativos financeiros: O CPC 48 substituiu o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 por um modelo de "perdas de crédito esperadas". O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Com base nas avaliações realizadas, a Companhia não apresentou impacto relevante em suas demonstrações contábeis em função da alteração de abordagem para fins de análise de impairment dos seus ativos financeiros. **3.14.1.3 Transição:** As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas prospectivamente e não impactou significativamente as demonstrações financeiras da Companhia. **3.14.2. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC): Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou os efeitos não foram materiais sobre as demonstrações financeiras.** • Políticas contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e erros (alterações ao CPC 23) – Em vigor a partir de 01/01/2023; • Divulgação de políticas contábeis e apresentação das demonstrações financeiras (alterações ao CPC 26) – Em vigor a partir de 01/01/2023; e • Tributos diferidos relacionados a ativos e passivos (alterações ao CPC 32) – Em vigor a partir de 01/01/2023. **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não efetivas em 31 de dezembro de 2023 e não adotadas de forma antecipada pela Companhia.** Espera-se que a seguinte norma possa ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no período de adoção inicial: • CPC 50 – Contratos de seguros – Em vigor a partir de 01/01/2023, mas com a sua aprovação pendente por parte da ANS. Portanto, não há previsão de data de adoção de tal normativo pelas empresas reguladas por tal autarquia; e • Alterações ao CPC 26 – Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante – Em vigor a partir de 01/01/2024, alterações aos parágrafos 69 a 76 do CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS, assim como a ANS, não aprovou todos os pronunciamentos já emitidos pelo CPC. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para empresas supervisionadas pela ANS. **4. Gestão de riscos.** O processo de gestão de riscos (Enterprise Risk Management – ERM) da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de identificação e quantificação, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados através de relatórios elaborados pela área de riscos corporativos. Adicionalmente, a Companhia apura a suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado em relação ao capital regulatório requerido mensalmente pelos reguladores. O programa de gestão de riscos da SulAmérica está estruturado sob o conceito de linhas de atividades diretas na Gestão de Riscos, conforme melhores práticas internacionais, nomeado como Modelo das Três Linhas. Segundo o IIA (The Institute of Internal Auditors), o Modelo de Três Linhas ajuda as organizações a identificar estruturas e processos que melhor auxiliam no atingimento dos objetivos e facilitam uma forte governança e gerenciamento de riscos. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha. Esta segunda gestão do risco (2ª linha) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo avaliações independentes e complementares sobre os riscos e controles gerenciados pela primeira linha. Após a atuação da primeira linha, o objetivo da segunda linha é identificar e quantificar os riscos, juntamente com seus respectivos controles, que poderão produzir desvios nos resultados dos negócios. Responsável também por estabelecer uma visão holística sobre o tema, devendo produzir alinhamento e integração entre as metodologias de gestão de riscos utilizadas em cada uma das operações da SulAmérica. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeiras e segundas gestões dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha). Com a finalidade de multiplicar a cultura de ERM e atuar como pontos focais, foram selecionados colaboradores na primeira e na segunda linha, fortalecendo as agendas de treinamentos e campanhas de gestão de riscos na SulAmérica. O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está sujeita. **4.1. Concentração das operações:** A Companhia concentra seus negócios especificamente na região Sul. **4.2. Riscos de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da



☆ continuação

Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. | CNPJ 76.717.040/0001-10

Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles:

- Metas de rentabilidade;
- Limites de risco;
- Prazos máximos para alocação dos ativos;
- Liquidez mínima exigida.

Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (*Asset and Liability Management*), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos e Financeira. Permanentemente, a área de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos é apurado o VaR (*Value at Risk*) e realizados Testes de Estresse (*Stress Test*) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e Teste de Estresse são revisados anualmente e definidos conforme Apetite a Riscos da Companhia. A tabela a seguir demonstra a distribuição dos investimentos por indexador em 31/12/2023 e 2022:

Indexador	2023	2022
SELIC/CDI	170.106	120.353
Ações	10	10
Total	170.116	120.363

4.2.1. Risco de liquidez: Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar compromissos assumidos em função do descaimento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. A Política de Investimentos da Companhia prevê montantes mínimos que devem ser investidos em ativos de alta liquidez para mitigar o risco de não pagamento de sinistros e benefícios. São realizadas projeções diárias da caixa e Testes de Estresse para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir, apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros e de seguros em 31/12/2023 e 2022.

Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de			Valor de custo	Valor de mercado	Valor contábil
			De 1 ano até 2 anos	2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos			
Instrumentos financeiros								
Aplicações financeiras	170.116	-	-	-	-	170.116	170.116	170.116
Valor justo por meio do resultado	170.116	-	-	-	-	170.116	170.116	170.116
Prêmios a receber (a)	-	12.113	-	-	-	12.113	-	12.113
Provisões técnicas	-	95.839	173	1.373	1.580	475	-	99.440

Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de			Valor de custo	Valor de mercado	Valor contábil
			De 1 ano até 2 anos	2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos			
Instrumentos financeiros								
Aplicações financeiras	120.363	-	-	-	-	120.363	120.363	120.363
Valor justo por meio do resultado	120.363	-	-	-	-	120.363	120.363	120.363
Prêmios a receber (a)	-	10.301	-	-	-	10.301	-	10.301
Provisões técnicas	-	108.587	210	1.567	2.678	826	-	113.868

(a) Considera o prêmio e a contraprestação a vencer, líquido de redução ao valor recuperável, quando aplicável. A data de vencimento dos ativos foi o critério utilizado na classificação dos instrumentos financeiros apresentados neste item. No entanto, é importante mencionar que a carteira é composta por ativos com liquidez imediata, apesar da distribuição ocorrer em diversas faixas das tabelas. Portanto, tais ativos são suficientes para honrar as obrigações nas datas previstas. **4.3. Riscos de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumpri-los nos termos em que foi acordado. Estes riscos podem se materializar e afetar significativamente os resultados esperados caso os emissores de créditos privados não honrem com os pagamentos nas datas previstas ou resseguradores com os quais a Companhia opera não honrem os contratos para pagamento dos sinistros ressegurados. Em relação ao monitoramento da inadimplência de seus segurados e parceiros comerciais, a Companhia realiza redução ao valor recuperável dos prêmios a receber de acordo com as melhores práticas e legislação vigente (ver informação adicional na nota 6.1.1.). **4.3.1. Alocação dos investimentos:** A tabela a seguir apresenta a alocação dos investimentos por categoria de risco, totalizando em 31/12/2023 27,61% (16,51% em 2022) alocados em títulos do governo (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA da tabela), segundo melhores práticas de mercado.

Descrição	2023	2022
Renda fixa pública "risco soberano"	46.975	19.873
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos e outros (a)	123.141	100.490
Total	170.116	120.363

(a) A linha refere-se, principalmente, a cotas de fundos de investimentos não exclusivos. **4.4. Riscos operacionais:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou eventos externos que possam causar danos à Companhia. O gerenciamento do risco operacional é um processo de aprimoramento contínuo, de maneira a acompanhar a evolução dinâmica dos negócios e minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a qualidade das operações. Neste sentido, a Ouvidoria da SulAmérica desempenha um papel importante na busca pela excelência operacional. Esta compõe a segunda linha de defesa contribuindo para maior proximidade com os clientes, apurando os fatos, realinhando estratégias e criando soluções para que a experiência do cliente seja positiva. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo de ERM da Companhia com foco na identificação, avaliação dos riscos e controles e na resposta aos riscos. Além disso, a área de Controles Internos dá suporte ao processo de ERM ao realizar testes de aderência dos controles relacionados aos riscos operacionais. O processo de identificação de riscos operacionais e seus respectivos controles é realizado em reuniões com os pontos focais de cada macroprocesso. Após o processo de identificação dos riscos operacionais, é realizada avaliação qualitativa desses riscos além das avaliações dos seus respectivos mitigadores, incluindo testes de controle dos riscos classificados como médio e alto. Esta metodologia também contempla avaliação financeira dos riscos identificados, sempre que possível, utilizando-se os dados constantes nas bases de dados da Companhia. Utilizando-se as avaliações qualitativa e quantitativa dos riscos, classificam-se todos os riscos operacionais em risco alto, risco médio e risco baixo. **4.5. Riscos legais e compliance:** Consistem nos riscos de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações. O risco legal pode ser decorrente de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais. **4.5.1. Gestão dos riscos legais:** Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, junto com seus prestadores de serviço, realiza a revisão em todos os contratos firmados pela Companhia a fim de mitigar o risco legal de contratos, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da organização. A área jurídica atua também contribuindo com projetos para melhoria de gestão das causas judiciais além de sugestões de como evitar riscos legais nas operações. Adicionalmente, a área atuarial utiliza uma metodologia específica de experiência de pagamento para o cálculo da provisão judicial baseada na relação histórica observada entre o custo do processo encerrado e as estimativas dos advogados para o valor a ser pago se perdéssemos a causa (exposição ao risco). Esta metodologia tem por objetivo cobrir os custos com processos nos quais a Companhia é ré ou denunciada desde a data do cadastro do processo judicial no sistema da Companhia até o efetivo pagamento. **4.5.2. Gestão dos riscos de compliance:** A Companhia possui uma estrutura de compliance, a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, mediante elevados padrões de integridade, excelência ética e aderência à legislação e normas internas. O objetivo desta estrutura é agir com imparcialidade na gestão e monitoramento do risco de compliance, contribuindo para o cumprimento das leis e regulamentação aplicáveis aos negócios, por meio da conscientização de conduta legal, ética e transparente, que favoreça os interesses de empregados, clientes, acionistas e parceiros, bem como que previna e detecte violações as leis e regulamentação através da identificação e gestão do risco de compliance, assim como facilite a defesa das posições relativas à compliance da organização perante os órgãos reguladores. **4.7. Gestão de capital:** A gestão de capital é realizada na Companhia através de um processo contínuo de cálculo e monitoramento do capital regulatório requerido e planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Companhia. A Companhia apura mensalmente suficiência do Patrimônio Líquido Ajustado por efeitos econômicos em relação ao capital regulatório requerido. Durante os anos de 2023 e 2022, o valor apurado sempre foi suficiente em relação ao capital mínimo requerido pelos reguladores. Além disso, são obtidos mensalmente métricas de retorno sobre o capital para auxílio na gestão dos negócios.

Descrição	2023	2022
Patrimônio líquido	156.628	110.079
Adições		
Créditos tributários	(25.915)	(25.618)
Despesas de comercialização diferida	(4.799)	(5.665)
Despesas antecipadas	(300)	-
Intangível	(2.010)	(14.352)
Patrimônio mínimo ajustado	123.604	64.444
Solvência (a)	54.984	57.067
Suficiência	68.620	64.387

(a) A Companhia considera o diferimento da margem de solvência, calculado com base na Resolução Normativa nº 451/2020.

Descrição	Sem vencimento	Até 01 ano	Mais de			Valor de custo	Valor de mercado	Valor contábil
			De 1 ano até 2 anos	2 anos e até 5 anos	Mais de 5 anos e até 10 anos			
Instrumentos financeiros								
Aplicações financeiras	120.363	-	-	-	-	120.363	120.363	120.363
Valor justo por meio do resultado	120.363	-	-	-	-	120.363	120.363	120.363
Prêmios a receber (a)	-	10.301	-	-	-	10.301	-	10.301
Provisões técnicas	-	108.587	210	1.567	2.678	826	-	113.868

5. Aplicações: 5.1. Composição das aplicações:

Descrição	Valor justo por meio do resultado		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Total
Títulos de renda variável	10	10	10
Ações	10	10	10
Cotas de fundos de investimentos	170.106	170.106	170.106
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	170.106	170.106	170.106
Subtotal	170.116	170.116	170.116
Percentual total - contábil	100,00%	100,00%	100,00%
Total	170.116	170.116	170.116
Circulante	170.116	170.116	170.116

Descrição	Valor justo por meio do resultado		
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado/contábil	Total
Títulos de renda variável	10	10	10
Ações	10	10	10
Cotas de fundos de investimentos	120.353	120.353	120.353
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	120.353	120.353	120.353
Subtotal	120.363	120.363	120.363
Percentual total - contábil	100,00%	100,00%	100,00%
Total	120.363	120.363	120.363
Circulante	120.363	120.363	120.363

(a) A linha de cotas de fundos de investimentos não exclusivos é composta por fundos de investimentos de renda fixa. **5.2. Critérios adotados na determinação dos valores de mercado:** Os ativos mantidos em carteira ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor de mercado, utilizando-se preços negociados em mercados ativos, exceto para os títulos classificados como custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião da sua aquisição. (i) **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; (ii) **Nível 2:** Informações, exceto os preços cotados (incluídos no Nível 1), que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (iii) **Nível 3:** Premissas que não são baseadas em dados observáveis de mercado (informações não observáveis, modelos baseados em metodologias próprias), para o ativo ou passivo. **Nível 2 - Cotas de fundos de investimentos:** Calculados de acordo com os critérios de marcação a mercado, estabelecidos pelo Administrador de cada fundo, sintetizados no valor da cota divulgada, exceto para os títulos e valores mobiliários mensurados ao custo amortizado, que são calculados pelos indexadores pactuados, acrescidos dos juros incorridos. A estimativa utilizada pela Companhia para apurar o valor de mercado dos demais saldos das contas a receber e a pagar contabilizados no circulante e não circulante aproximam-se dos seus correspondentes valores de realização e exigibilidade, respectivamente, devido ao vencimento em curto prazo desses instrumentos.

Ativos Financeiros	2023		
	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	10	170.106	170.116
Total	10	170.106	170.116

Ativos Financeiros	2022		
	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	10	120.353	120.363
Total	10	120.353	120.363

Descrição	2023		2022	
	A vencer	Total	A vencer	Total
A vencer entre 1 e 30 dias	8.080	5.190	7.024	5.132
A vencer entre 31 e 60 dias	7.024	5.132	106	-
A vencer entre 61 e 180 dias	106	-	-	-
Total	15.210	10.322	(3.097)	(21)
Redução ao valor recuperável	(3.097)	(21)	12.113	10.301
Total a vencer	12.113	10.301	12.113	10.301
Vencidos				
Vencidos entre 1 e 30 dias	3.743	1.753	1.177	569
Vencidos entre 31 e 60 dias	1.177	569	1.282	921
Vencidos entre 61 e 180 dias	1.282	921	1.503	747
Vencidos entre 181 e 365 dias	1.503	747	5.327	3.343
Vencidos acima de 365 dias	5.327	3.343	13.032	7.333
Total	13.032	7.333	(8.689)	(5.314)
Redução ao valor recuperável	(8.689)	(5.314)	4.343	2.019
Total de prêmios a receber	28.242	17.654	(11.786)	(5.334)
Total de redução ao valor recuperável (a)	(11.786)	(5.334)	16.456	12.320

(a) A redução ao valor recuperável é constituída com base nas contraprestações pecuniárias vencidas e a vencer, sendo que nos planos individuais, os contratos com pelo menos uma parcela vencida há mais de sessenta dias, são provisionados em sua totalidade. Para os demais planos, a totalidade das parcelas é provisionada quando os contratos possuem pelo menos uma parcela vencida há mais de noventa dias.

7. Créditos e débitos tributários e previdenciários e ativos fiscais diferidos:

Descrição	2023	2022
Créditos tributários e previdenciários		
Impostos a compensar/recuperar	7.155	5.483
PIS e COFINS sobre IBNR	3.712	3.714
Total	10.867	9.197
Circulante	7.143	5.481
Não circulante	3.724	3.716

Ativo fiscal diferido líquido dos tributos passivos diferidos

Descrição	2023	2022
IR/CSLL sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa de CSLL (nota 7.2)	45.242	36.728
(-) Tributos diferidos passivos (nota 7.2)	(5.751)	(3.723)
Total	39.491	33.005
Não circulante	39.491	33.005

7.1. Tributos a compensar/recuperar:

Descrição	Saldo em 01/01/2022		Atualização monetária	Baixa / compensação	Saldo em 31/12/2022
	Saldo em	Adição			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	3.529	3.985	-	(3.123)	4.391
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	1.149	607	-	(1.010)	746
Programa de Integração Social - PIS	7	77	-	(73)	11
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	67	581	-	(335)	313
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	147	-	(128)	19
Outros	-	33	-	(30)	3
Total	4.752	5.430	-	(4.699)	5.483
Circulante	4.752	5.430	-	(4.699)	5.480
Não circulante	-	-	-	-	3

Descrição	Saldo em 31/12/2022		Atualização monetária	Baixa / compensação	Saldo em 31/12/2023
	Saldo em	Adição			
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	4.391	4.574	209	(3.580)	5.594
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSLL	746	681	1	(704)	724
Programa de Integração Social - PIS	11	495	-	(435)	71
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	313	2.059	-	(2.041)	331
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	19	1.254	-	(860)	413
Outros	3	226	-	(207)	22
Total	5.483	9.289	210	(7.827)	7.155
Circulante	5.483	9.289	210	(7.827)	7.143
Não circulante	-	-	-	-	12

7.2. Movimentação de créditos e débitos tributários: As tabelas abaixo demonstram os créditos e débitos tributários do imposto de renda e da contribuição social e as respectivas movimentações nos exercícios.

Descrição	Saldo em 01/01/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022
Provisões para ações judiciais e obrigações fiscais	5.863	759	-	6.622
Redução ao valor recuperável de créditos	208	1.537	(578)	1.167
Provisões indedutíveis	-	2	-	2
Despesas financeiras e depreciações de arrendamento mercantil	-	3.319	-	3.319
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	6.071	5.617	(578)	11.110
Prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	-	25.618	-	25.618
PIS e COFINS sobre provisão de eventos/ sinistros a liquidar e PEONA	2.407	1.450	(143)	3.714
Total dos créditos tributários	8.478	32.685	(721)	40.442
Atualizações de depósitos judiciais	(714)	-	-	(714)
Contraprestações de arrendamento mercantil	-	(3.009)	-	(3.009)
Total dos débitos tributários	(714)			



☆ continuação

Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. | CNPJ 76.717.040/0001-10

9. Imobilizado:

	2023				2022			
	Custo	Depreciação Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
Imóveis de Uso Próprio Não Hosp.	17.860	(2.452)	–	15.408	17.860	(1.939)	15.921	
Imobilizado de Uso Próprio Hosp.	5.301	(4.113)	–	1.188	5.301	(3.914)	1.387	
Imobilizado de Uso Próprio Não Hosp.	18.343	(12.598)	(2.346)	3.399	19.748	(11.819)	7.929	
Imobilizado em Curso	–	–	–	–	1.480	–	1.480	
Outras imobilizações	7.574	(140)	(7.387)	47	10.232	(111)	10.121	
Direito de Uso de Arrendamentos	26.161	(18.713)	–	7.448	28.979	(12.410)	16.569	
Total	75.239	(38.016)	(9.733)	27.490	83.600	(30.193)	53.407	

10. Arrendamentos: Conforme o plano de contas e modelo de publicação estabelecido pela Resolução Normativa ANS nº 528 emitida em 29/04/2022, o ativo de direito de uso está registrado na rubrica "Direito de uso de arrendamentos" no ativo não circulante e o passivo de arrendamento na rubrica "Débitos diversos" no passivo circulante e não circulante. A seguir, demonstramos os valores relacionados aos arrendamentos:

	Contratos de alugueis de imóveis		Contratos de alugueis de equipamentos		Total
	Ativo de direito de uso	Passivo de arrendamento	Ativo de direito de uso	Passivo de arrendamento	
Valor contábil do passivo de arrendamento em 01/01/2023	14.760	1.809	1.809	16.569	
Adições ou baixas a ativos de direito de uso	(2.078)	(75)	(75)	(2.153)	
Encargos de depreciação	(6.120)	(848)	(848)	(6.968)	
Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2023	6.562	886	886	7.448	
Não circulante				7.448	
Passivo de arrendamento					
Valor contábil do passivo de arrendamento em 01/01/2023	15.582	1.899	1.899	17.481	
Adições ou baixas de passivo de arrendamento	(2.255)	(75)	(75)	(2.330)	
Saídas de caixa totais para arrendamentos	(7.035)	(1.052)	(1.052)	(8.087)	
Despesas de juros	959	225	225	1.184	
Valor contábil do passivo de arrendamento em 31/12/2023	7.251	997	997	8.248	
Circulante				6.998	
Não circulante				1.250	
Resultado					
Despesas de arrendamentos de curto prazo isentas pela norma (a)	–	2	2	2	

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base na taxa de juros dos empréstimos e financiamentos praticadas no mercado financeiro na data de adoção inicial ou na data da assinatura do contrato para aqueles firmados pós adoção inicial. As taxas foram obtidas por meio de referências junto aos principais agentes financeiros.

Prazos contratos	Taxa % a.a.
3 anos	13,78%
5 anos	13,53%
7 anos	5,75%
8 anos	5,75%
10 anos	12,86%

Em 31/12/2023, as prestações descontadas de seus contratos de arrendamento são formadas como demonstrados a seguir:

Vencimento das prestações	Valor
2024	7.314
2025	1.161
2026	32
2027	32
2028 a 2032	130
Valores não descontados	8.669
Juros embutidos (421)	
Saldo em 31/12/2023	8.248

13. Partes relacionadas: 13.1. Transações: As principais transações com partes relacionadas estão resumidas a seguir:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2023	2022	2023	2022
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a)	Controladora indireta	Traditio Companhia de Seguros	–	5	–	–
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a)	Controlada direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	3	–	–
Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (a) (c)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	–	–	59	75
Rede D'Or São Luiz S.A. (a) (d)	Controladora indireta	Outros	532	–	5.052	2.874
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (b)	Outros	Outros	–	8	–	–
Total			532	16	5.111	2.949

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2023	2022	2023	2022
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (b) (c)	Controladora indireta	Traditio Companhia de Seguros	1.969	397	–	(87)
Sul América Odontológico S.A. (a) (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	3	2	–	–
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (c)	Controlada direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.152	531	–	–
Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (a) (c)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	–	–	(796)	(1.101)
Rede D'Or São Luiz S.A. (a) (b)	Controladora indireta	Outros	2.387	–	(44.400)	–
Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (e)	Coligada	Outros	–	–	(335)	–
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (b) (c) (f)	Outros	Outros	77	82	(218)	–
Total			5.588	1.012	(45.749)	(1.188)

(a) Valor referente à prestação de serviços e soluções em saúde; (b) Valor referente ao seguro saúde e vida dos funcionários da companhia contratado junto a empresas do grupo; (c) Valores referente à prestação de serviços; (d) Valor referente à conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de sistemas operacionais e estrutura administrativa entre empresas do grupo; (e) Valor referente a comercialização de seguro saúde; e (f) Valor referente ao seguro saúde do produto adesão junto a administradora de benefícios. Em 31/12/2022 e 2021, a Companhia não efetuou pagamento de dividendos para a SULAMED. 13.2. Remuneração da administração: A Administração incluiu os membros da Diretoria, Presidente, Vice-Presidentes e Diretores Estatutários. A remuneração paga ou a pagar está demonstrada a seguir:

Benefícios de curto prazo a administradores	
Despesas 31/12/2023	(576)
31/12/2022	(1.130)

14. Depósitos judiciais e fiscais, provisões judiciais e obrigações fiscais: Em 31/12/2023 e 2022, os depósitos judiciais e fiscais, registrados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais" no ativo não circulante, assim como as provisões para ações judiciais, fiscais e trabalhistas registradas na rubrica "Provisões para ações judiciais" no passivo circulante e não circulante e, as obrigações fiscais, registradas na rubrica "Tributos e contribuições", no passivo não circulante, são compostos conforme demonstrados a seguir:

11. Intangível: O Intangível é representado conforme tabela a seguir:

Custo	Custos de desenvolvimento e licenças Software (a)		Carteira de Clientes		Total
	Outros	Outros	Outros	Outros	
Saldo em 01/01/2022	3.046	14.400	1	1	17.447
Adição	1.092	–	–	–	1.092
Saldo em 31/12/2022	4.138	14.400	1	1	18.539
Amortização acumulada	(2.311)	(300)	–	(2.611)	
Amortização	(376)	(1.200)	–	(1.576)	
Saldo em 31/12/2022	(2.687)	(1.500)	–	(4.187)	
Saldo residual em 31/12/2022	1.451	12.900	1	14.352	
Vida útil estimada					5 a 12 anos
Saldo em 01/01/2023	4.138	14.400	1	1	18.539
Adição	1.070	–	–	–	1.070
Baixa	(46)	–	–	–	(46)
Redução ao valor recuperável (b)	–	(12.001)	–	(12.001)	
Saldo em 31/12/2023	5.162	2.399	1	1	7.562
Amortização acumulada	(2.687)	(1.500)	–	(4.187)	
Amortização	(566)	(1.199)	–	(1.765)	
Redução ao valor recuperável	–	400	–	400	
Saldo em 31/12/2023	(3.253)	(2.299)	–	(5.552)	
Saldo residual em 31/12/2023	1.909	100	1	2.010	
Vida útil estimada					5 a 12 anos

(a) Representam, principalmente, gastos com desenvolvimento de infraestrutura tecnológica, aplicativos, melhorias no site da Companhia, desenvolvimento de sistemas próprios e gastos com aquisição de licenças de softwares utilizados no âmbito operacional; e (b) Refere-se a constituição de impairment sobre o ativo relacionado a aquisição da carteira de beneficiários de saúde da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, tendo em vista o encerramento da obrigação contratual do principal cliente desta carteira.

12. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde:

Descrição	2023	2022
Provisão p/ Remissão	9	30
Provisão p/ Eventos a Liquidar (SUS)	9.656	11.490
Provisão de eventos a Liquidar	41.244	44.709
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	26.265	21.263
Provisão p/ PEONA - SUS	2.659	2.397
Provisão de insuficiência	19.607	33.979
Total	99.440	113.868
Circulante	95.839	108.587
Não circulante	3.601	5.281

12.1. Garantia das provisões técnicas: As provisões técnicas possuem a seguinte cobertura:

Descrição	2023	2022
Provisões técnicas de seguros	99.440	113.868
(-) Depósitos judiciais (a)	3.596	5.263
(-) Ressarcimento ao SUS (Parcelamento aprovado pela ANS)	1.315	167
Montante a ser garantido	94.529	108.438
Ativos dados em garantia:	–	–
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos	158.597	120.324
Total de ativos	158.597	120.324
Ativos vinculados em excesso	64.068	11.886

(a) A ANS não exige o lastreamento por ativos garantidores para o total da PPCNG, conforme RN nº 392 de 09/12/2015.

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo		Passivo	
			2023	2022	2023	2022
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a)	Controladora indireta	Traditio Companhia de Seguros	–	5	–	–
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a)	Controlada direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	–	3	–	–
Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (a) (c)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	–	–	59	75
Rede D'Or São Luiz S.A. (a) (d)	Controladora indireta	Outros	532	–	5.052	2.874
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (b)	Outros	Outros	–	8	–	–
Total			532	16	5.111	2.949

Descrição	Categoria	Controladora	Receita		Despesa	
			2023	2022	2023	2022
Sul América Companhia de Seguro Saúde (a) (b) (c)	Controladora indireta	Traditio Companhia de Seguros	1.969	397	–	(87)
Sul América Odontológico S.A. (a) (c)	Ligada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	3	2	–	–
Sul América Serviços de Saúde S.A. (a) (c)	Controlada direta	Sul América Companhia de Seguro Saúde	1.152	531	–	–
Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. (a) (c)	Ligada	Saepar Serviços e Participações S.A.	–	–	(796)	(1.101)
Rede D'Or São Luiz S.A. (a) (b)	Controladora indireta	Outros	2.387	–	(44.400)	–
Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A. (e)	Coligada	Outros	–	–	(335)	–
Controladores, Pessoas Chave ou com Influência Significativa, seus respectivos familiares e suas respectivas empresas relacionadas (b) (c) (f)	Outros	Outros	77	82	(218)	–
Total			5.588	1.012	(45.749)	(1.188)

14.1. Depósitos judiciais:

Descrição	2023	2022
Previdenciárias:		
INSS	17	–
Trabalhistas e cíveis:		
Ações trabalhistas	14.113	13.589
Ações cíveis	3.734	5.389
Subtotal	17.847	18.978
Total	17.864	18.978
Não circulante	17.864	18.978

14.2. Provisões para ações judiciais:

Descrição	Saldo em 01/01/2021		Atualização Monetária		Pagamentos / baixas		Saldo em 31/12/2022	
	Cíveis e trabalhistas:							
Cíveis	1.173	198	105	(686)	–	–	790	
Trabalhistas	14.726	261	1.016	(58)	–	–	15.945	
Outros	90	373	8	(78)	–	–	393	
Subtotal	15.989	832	1.129	(822)	–	–	17.128	
Tributárias:								
Honorários	–	9	1	–	–	–	10	
Outros	1.264	–	74	–	–	–	1.338	
Subtotal	1.264	9	75	–	–	–	1.413	
Total	17.253	841	1.204	(822)	–	–	18.476	
Não circulante							18.476	

Descrição	Saldo em 31/12/2022		Atualização Monetária		Pagamentos / baixas		Saldo em 31/12/2023	
	Cíveis e trabalhistas							
Cíveis	790	190	75	(179)	–	–	876	
Trabalhistas	15.945	29	1.393	(761)	–	–	16.606	
Outros	393	103	53	(312)	–	–	237	
Subtotal	17.128	322	1.521	(1.252)	–	–	17.719	
Tributárias:								
Honorários	10	–	(7)	–	–	–	3	
Outros	1.338	410	96	–	–	–	1.844	
Subtotal	1.348	410	89	–	–	–	1.847	
Total	18.476	732						



Paraná Clínicas – Planos de Saúde S.A. | CNPJ 76.717.040/0001-10

acionista a partir da referida data. A acionista da Companhia aprovou, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2023, pela não distribuição de dividendos em razão do prejuízo apurado no montante de R\$53.085. 17. Detalhamento das contas de resultado: 17.1. Eventos conhecidos ou avisados:

Descrição	2022				Total
	Antes da lei (a)		Após a Lei (a)		
	Rede própria	Rede contratada	Rede própria	Rede contratada	
Consultas	(840)	(405)	(32.084)	(77.762)	(111.091)
Exames	(575)	(267)	(21.937)	(40.251)	(63.030)
Terapias	-	(31)	-	(6.823)	(6.854)
Internações	(171)	(1.405)	(6.496)	(99.817)	(107.889)
Demais despesas	-	-	-	(170)	(170)
Outros atendimentos	(106)	(205)	(4.017)	(29.028)	(33.356)
Subtotal	(1.692)	(2.313)	(64.534)	(253.851)	(322.390)
SUS					(3.545)
Total					(325.935)

Descrição	2023				Total	
	Antes da lei (a)		Após a Lei (a)			
	Rede própria	Rede contratada	Rede própria	Reembolso		
Consultas	(780)	(448)	(33.597)	(87.386)	(224)	(122.435)
Exames	(534)	(296)	(22.971)	(45.147)	(119)	(69.067)
Terapias	-	(34)	-	(7.632)	(21)	(7.687)
Internações	(159)	(1.552)	(6.803)	(111.827)	(299)	(120.640)
Demais despesas	-	-	-	(191)	-	(191)
Outros atendimentos	(98)	(227)	(4.207)	(32.456)	(89)	(37.077)
Subtotal	(1.571)	(2.557)	(67.578)	(284.639)	(752)	(357.097)
SUS						(3.042)
Total						(360.139)

(a) Refere-se aos planos de saúde operados antes e após a Lei nº 9.656/1998. 17.2. Outras despesas operacionais:

Descrição	2023	2022
Despesas com operações de seguros	(1.523)	(2.165)
Constituição de provisão para contingências cíveis e outras operações de seguros	(852)	(333)
(Constituição) / reversão da provisão para riscos de crédito	(7.841)	(2.377)
Despesas com cobrança de seguros	(386)	(434)
Outros	(14.018)	(2.427)
Total	(24.620)	(7.736)

17.3. Despesas de comercialização:

Descrição	2023	2022
Comissões sobre prêmio emitido:		
Sobre prêmios	(6.069)	(5.366)
Sobre agenciamento	(7.674)	(13.818)
Variação de despesas de comercializações diferidas	(866)	3.632
Pessoal Próprio	(69)	(450)
Total	(14.678)	(16.002)

17.4. Despesas administrativas:

Descrição	2023	2022
Pessoal próprio	(12.350)	(13.141)
Serviços de terceiros	(1.295)	(3.417)
Localização e funcionamento	(4.644)	(5.592)
Publicidade e propaganda	(803)	(2.598)
Despesas com tributos	(853)	(798)
Outras	(5.382)	(4.005)
Total	(25.327)	(29.551)

Os benefícios aos funcionários, incluídos na rubrica "Pessoal próprio", estão representados de forma detalhada na tabela a seguir (não inclui honorários de diretoria):

Descrição	2023	2022
Remunerações	(7.287)	(7.901)
Encargos sociais	(3.012)	(2.830)
Indenizações e rescisões	(342)	(113)
Vale alimentação, refeição e transporte	(1.156)	(1.097)
Seguro de vida, saúde e odontológico	41	-
Outros benefícios	(18)	(70)
Total	(11.774)	(12.011)

17.5. Resultado financeiro líquido:

Descrição	2023	2022
Títulos e valores mobiliários	20.328	13.690
Valor justo por meio do resultado	20.328	13.690
Operações de seguros	(32)	(44)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(543)	51
Outros (a)	(286)	(1.787)
Total	19.467	11.910

Receitas financeiras:

Descrição	2023	2022
Valorização de cotas de fundos de investimentos	4.979	2.951
Títulos de renda fixa - privados	15.349	10.777
Juros e variação monetária sobre depósitos judiciais	1.499	1.545
Outras	1.177	748
Total	23.004	16.021

Despesas financeiras:

Descrição	2023	2022
Operações de seguro	(32)	(44)
Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados	-	(39)
Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(2.042)	(1.494)
Outras (a)	(1.462)	(2.534)
Total	(3.536)	(4.111)

(a) Refere-se à constituição de *impairment* sobre o ativo relacionado a aquisição da carteira de beneficiários de saúde da Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, tendo em vista o encerramento da obrigação contratual do principal cliente desta carteira. 17.6. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para o valor registrado nas demonstrações do resultado, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2023		2022	
	Impos-to de renda	Contri-buição social	Impos-to de renda	Contri-buição social
Resultado antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social	(22.547)	(22.547)	(80.317)	(80.317)
Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	5.637	2.029	20.079	7.229
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%

Correntes:

Descrição	2023		2022	
	Impos-to de renda	Contri-buição social	Impos-to de renda	Contri-buição social
Adições:				
Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais	(309)	(111)	(252)	(90)
Despesas indedutíveis	(216)	(78)	(48)	(17)
Provisão para redução ao valor recuperável	(4.369)	(1.573)	(705)	(254)
Provisões não dedutíveis	-	-	(5)	(2)
Outras	(400)	(149)	(228)	(83)
Subtotal	(5.294)	(1.911)	(1.238)	(446)

Exclusões:

Descrição	2023		2022	
	Impos-to de renda	Contri-buição social	Impos-to de renda	Contri-buição social
Reversão da provisão sobre participações nos lucros	52	19	-	-
Apuração de Indébito Tributário	53	19	-	-
Subtotal	105	38	-	-

Prejuízo fiscal e base negativa:

Descrição	2023	2022
Constituições	(871)	(313)
Subtotal	(871)	(313)

Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente

2023	2022
(423)	(157)

Descrição	2023		2022	
	Impos-to de renda	Contri-buição social	Impos-to de renda	Contri-buição social
Diferidos:				
Constituição / (reversão) de crédito tributário sobre prejuízo fiscal / base negativa	(13)	309	18.837	6.781
Constituição de crédito tributário sobre diferenças temporárias	5.461	2.757	3.397	1.225
Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais	(1.827)	(201)	(2.212)	(796)
Receitas (despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido	3.621	2.865	20.022	7.210

Receitas (despesas) com imposto de renda e contribuição social

2023	2022
3.198	2.708

Alíquota efetiva

2023	2022
14,18%	12,01%

Alíquota efetiva combinada

2023	2022
26,19%	33,91%

18. Conciliação entre resultado líquido e caixa líquido gerado nas atividades operacionais:

Descrição	2023		2022	
	Impos-to de renda	Contri-buição social	Impos-to de renda	Contri-buição social
Resultado líquido do exercício	(16.851)	(53.085)		
Mais:				
Depreciações e amortizações			10.844	10.535
Juros de arrendamento mercantil			1.184	2.559
Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais			1.610	75
Impairment			27.049	-
Outros			4.079	2.450
Menos:				
Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais			(1.524)	-
Juros e variações monetárias de créditos a compensar			(210)	-
Outros			(178)	-
Atividades operacionais				
Variação de aplicações			(49.753)	(51.034)
Variação de créditos das operações com planos de assistência à saúde			(3.317)	(7.715)
Variação dos créditos de oper assist à saúde não relac com planos de saúde da operadora			156	(16)
Variação de bens e títulos a receber			612	479
Variação de créditos tributários e previdenciários			(1.460)	(3.996)
Variação de ativo fiscal diferido			(6.486)	(27.233)
Variação de depósitos judiciais e fiscais			2.638	(1.725)
Variação de despesas antecipadas			(300)	-
Variação de outros créditos a receber de longo prazo			(2.063)	-
Variação de despesas de comercialização diferidas			866	(3.632)
Variação de débitos de operações de assistência à saúde			(23)	2.923
Variação de tributos e contribuições a recolher			1.962	207
Variação de provisões			(1.368)	1.148
Variação de provisões técnicas de operações de assistência à saúde			(14.428)	61.656
Variação de débitos diversos			(1.370)	(12.584)
Imposto de renda e contribuição social pagos			(1.528)	-
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	(49.859)	(78.988)		

Diretoria: Diretora Presidente: Raquel Reis Correa. Diretor Vice-Presidente: Leonardo Fraga Pacheco. Diretores(as): Gláucia Maria Ribeiro de Carvalho; Gustavo Kohn Giometti; Heitor Augusto Pereira Barbosa; Jefferson Klock; Jonas Berbert Pulcheri; Juliano Kiguchi Tomazela; Otávio de Garcia Lazcano; Rafael Pinto Fróes; Raquel Dourado Imbassahy Conrad; Simone Cesena Duarte; Solange Zaquem Thompson Motta; Tereza Villas Boas Veloso; e Thiago de Carvalho Gomes. Contadora: Flavia Vieira Pereira - CRC RJ-094933/O-3. Atuaría: Cecília Avila de Paschoa Figueiredo - MIBA/MTPS/2163.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas da Paraná Clínicas - Planos de Saúde S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Paraná Clínicas - Planos de Saúde S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada

de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos nos relatórios de auditoria sobre os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2024.

Ernst & Young
 Auditores Independentes S/S Ltda.
 CRC SP-015199/F
 Marcelo Felipe L. de Sá
 Sócio
 Contador CRC RJ-094644/O

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2501-953B-065B-B61C> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2501-953B-065B-B61C



Hash do Documento

F15C4E763FEC033E838776CE5538ABD71FD67F5F5E1AF06431DFEB71C7F56BDF

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/03/2024 é(são) :

- Roney Rodrigues Pereira (Signatário - EDITORA BEM PARANA LTDA) - 470.195.909-00 em 28/03/2024 00:09 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - EDITORA BEM PARANA LTDA - 76.637.305/0001-70

